



**Cagece**

Companhia  
de Água e Esgoto  
do Ceará



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria das Cidades

CONTRATO Nº 25 /2018 – DJU – CAGECE

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ –  
CAGECE E A EMPRESA CERTA SERVIÇOS  
EMPRESARIAS E REPRESENTAÇÕES LTDA,  
PARA OS FINS NELE INDICADOS.**

**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE**, situada na Rua Dr. Lauro Vieira Chaves, nº 1030 – Vila União, inscrita no CNPJ sob o nº 07.040.108/0001-57, e denominado de **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, Neurisangelo Cavalcante de Freitas, brasileiro, casado, contador, e Diretor de Gestão Corporativa, Dario Sidrim Perini, brasileiro, casado, administrador, residentes e domiciliados em Fortaleza/CE, e a empresa **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAS E REPRESENTAÇÕES LTDA**, com sede na Rua Teodorico Barroso, nº 230, nº Vila União, em Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.468.050/0001-47, aqui denominada de **CONTRATADA**, por seu representante legal, Marinalva Lima Pereira, brasileira, divorciada, gestora comercial e administrativa, ao final assinados, têm entre si justa e acordada a celebração do presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Presencial nº 20170167 anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA**

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Edital do Pregão Presencial nº 20170167 e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, apresentada no dia 26/01/2018, e, ainda nos demais despachos e documentos constante do Processo nº 0698.000083/2017-01-Cagece, os quais constituem parte integrante deste instrumento, independente de sua transcrição.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

3.1. Contratação de Empresa na Prestação de Serviços, Sistemáticos e Continuados, de Mão de Obra Terceirizada, cujos Empregados sejam Regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), para Apoio Técnico e Execução de Serviços de Manutenção Eletromecânica nos Macrossistemas Operados pela Cagece, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA.



\\srvarg\gerencias\DJU\contratosDig\Contratos 2018\PP 167.2017.doc 1

Cagece – Companhia de Água e Esgoto do Ceará  
Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030 – Vila União  
CEP: 60.420-280 - Fortaleza - CE – Brasil  
Fone: (85) 3101-1825 Fax: (85) 3101-1843





#### **CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

4.1. Os serviços serão executados em Fortaleza no Estado do Ceará.

4.2. O objeto será executado na forma de execução indireta sob o regime – empreitada por preço global.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO**

5.1. O valor contratual global importa na quantia de **R\$ 5.997.541,87 (cinco milhões, novecentos e noventa e sete mil, quinhentos e quarenta e um reais e oitenta e sete centavos).**

5.2. Quando da repactuação salarial das categorias através de convenção coletiva de trabalho, será feito o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.3. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aqueles decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado até 30º (trigésimo) dia do mês subsequente a realização dos serviços, devidamente atestados pela área competente, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura de serviço e recibo correspondente, através de depósito bancário em conta a ser fornecida pela própria CONTRATADA, exclusivamente no Banco Bradesco S/A.

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do anexo I do edital do Pregão Presencial nº 20170167 – CAGECE/GESCO.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.6. Os documentos relacionados no item 6.4.1 deverão ser apresentados à FISCALIZAÇÃO da CAGECE, até o 5º (quinto) dia útil após o atesto da execução dos serviços e encerramento da medição.





6.7. Nos casos de eventuais atrasos ou antecipações de pagamentos, haverá recomposição ou desconto com base nos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês "pro rata die", a partir da data do vencimento e a data do efetivo pagamento.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos **recursos próprios da CAGECE**.

### **CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

8.1. O prazo de vigência deste contrato é de **12 (doze) meses**, contado a partir da sua publicação, podendo ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua.

8.1.1. A publicação resumida do instrumento deste contrato dar-se-á na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

### **CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

9.1. A garantia prestada, de acordo com o estipulado no edital, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 19.7.1 do edital.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

10.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada, sistematicamente, pelo representante da contratante, conforme o estabelecido no modelo de Avaliação dos Serviços da Contratada, constantes no ANEXO A deste termo, dentro dos seguintes critérios:

- a) Desempenho excelente: quando a contratada obtiver conceito final acumulado menor ou igual a 100% ou maior ou igual a 90%.
- b) Desempenho bom: quando a contratada obtiver conceito final acumulado menor que 90% ou maior ou igual a 70%.
- c) Desempenho regular: quando a contratada obtiver conceito final acumulado menor que 70% ou maior ou igual a 50%.
- d) Desempenho ruim: quando a contratada obtiver conceito final acumulado menor que 50%.

10.2. O representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste; Instrumento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.3. O resultado da Avaliação dos Serviços será informado à contratada mensalmente.







10.4. Após a Avaliação dos Serviços da Contratada, na forma do Anexo A deste termo, caso alguma das condições abaixo seja verificada, o Contrato poderá ser rescindido, a critério da CAGECE.

10.4.1. Quando o resultado da avaliação da contratada apresentar desempenho final acumulado em 04 (quatro meses) menor que 70%.

10.4.2. Quando o resultado da avaliação da contratada apresentar desempenho menor ou igual a 50%, em duas avaliações consecutivas ou três intercaladas.

10.4.3. Quando o resultado da avaliação da contratada apresentar conceito "Não Atendido" ou "Raramente Atendido" nos quesitos salário e vale alimentação, em duas avaliações consecutivas ou três intercaladas, sem uma justificativa aceitável ou ação corretiva em andamento.

10.4.4. A contratada terá direito a defesa nos termos do art. 87, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

#### **11.1. DAS INFRAÇÕES**

11.1.1. Para efeito de aplicação das multas, incidem os percentuais de acordo com as infrações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	(%) SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO
01	Não controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário.	0,2% por dia
02	Permitir a presença de empregado sem uniforme ou com uniforme manchado ou sujo, mau apresentado e/ou sem crachá, por funcionário.	0,2% por dia
03	Não fornecer 02 (dois) uniformes, semestralmente, para as categorias previstas, por funcionário.	0,4% por dia
04	Não fornecer o crachá de identificação, por funcionário.	0,4% por dia
05	Não zelar pelas instalações, equipamentos e materiais da CAGECE, por item.	0,4% por dia
06	Não cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	0,8% por dia
07	Não substituir o empregado que se conduza de modo impróprio ou não atenda às necessidades da CONTRATANTE, por funcionário.	0,8% por dia
08	Não efetuar a reposição de funcionários faltosos quando solicitado pela CONTRATANTE, por funcionário.	0,8% por dia
09	Não fornecer EPIs e EPCs (Equipamentos de Proteção Individual e Coletivos) aos seus funcionários e não impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por funcionário	1,6% por dia







	e por ocorrência.	
10	Não efetuar pagamento das diárias na data avençada, por funcionário.	1,6% por dia
11	Não entregar os vales-transporte e/ou vale-alimentação nas datas avençadas, por funcionário e por ocorrência.	3,2% por dia
12	Não efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste Contrato, por funcionário e por ocorrência.	3,2% por dia
13	Não efetuar o pagamento dos salários nas datas avençadas, por funcionário e por ocorrência.	3,2% por dia
14	Não cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não mencionados nesta tabela de infrações/multas.	0,8% por dia

11.1.2. Em caso de reincidência da infração, formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, ou quando a infração perdurar por um período superior a 15 (quinze) dias, tendo sido obedecido o art. 87, § 2º da Lei Federal 8.666/93, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do contrato, e, a critério da CAGECE, rescisão do pacto.

11.1.3. Cumulativamente, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE.

11.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo máximo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

11.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

11.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

12.1. O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;





b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva":

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

12.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

12.3. Considerando os propósitos dos itens acima, o contratado deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

12.4. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. Executar o objeto em conformidade com as condições contratuais.

13.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.





13.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

13.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual.

13.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

13.7. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE.

13.8. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria nº 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

13.9. Apresentar mensalmente junto à CONTRATANTE no prazo máximo de cinco dias úteis subsequente ao término dos serviços prestados, as folhas de pagamentos e as guias de recolhimentos dos encargos sociais exigidos em legislação vigente, em que se comprove a inclusão de empregados utilizados nos serviços contratados, os quais não terão, em tempo algum, durante o período contratual, nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE ou com o Governo do Estado do Ceará, sendo também de responsabilidade da CONTRATADA, o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, (FGTS, PIS, EMOLUMENTOS, SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO e outros previstos em lei), ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da CONTRATADA com referência às suas obrigações não se transfere a CONTRATANTE. Em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, poderá a CONTRATADA vincular pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados, aos pagamentos a ela devidos pela CONTRATANTE.

13.10. Apresentar a CONTRATANTE, em até 10 (dez) meses contados do início de cada período aquisitivo do(s) colaborador(es), a escala de férias do(s) empregado(s) que estiver(em) à disposição da CONTRATANTE, bem como fazer suas reposições com as mesmas características profissionais daqueles beneficiados por férias ou licenças.

13.11. Manter, durante toda a vigência do contrato, escritório de representação na cidade onde está localizada a Gerência de Manutenção Estratégica devendo comprovar essa condição em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, através de comprovantes de endereço usuais, como contas de água, energia, contrato de locação, escritura de imóvel, dentre outros. O escritório deverá conter estrutura mínima de comunicação, transporte, logística e pessoal. Após os 10 (dez) dias representante da CAGECE poderá, a qualquer tempo, realizar visita as instalações da Contratada com o fim de conhecer o ambiente operacional e dirimir quaisquer dúvidas. Caso verifique a inexistência de escritório ou se as instalações forem consideradas inadequadas para a boa prestação dos serviços, será motivo para rescisão contratual.







13.12. Disponibilizar 06 (seis) vagas destinadas ao cumprimento da Lei nº 15.854/2015, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.042/2016, respectivamente nas funções de Arquiteto III 01 (uma) vaga, Engenheiro II 01 (uma) vaga, Eletricista I 02 (duas) vagas e Mecânico I 02 (duas) vagas, atendendo as qualificações exigidas no item 4 do Termo de Referência.

13.13. Encaminhar mensalmente, respectivamente, à CISPE/SEJUS e à STDS, a folha de frequência dos presos e egressos e/ou jovens do sistema socioeducativo contemplados com a reserva de vagas.

13.14. Fazer cumprir as jornadas de trabalho estipuladas pela legislação vigente, carga horária de 44 (quarenta e quatro horas) semanais.

13.15. Só poderá utilizar no desempenho de suas atividades equipes bem treinadas e aptas para executar as tarefas especificadas no item 4 do Termo de Referência. Neste sentido, a contratada é obrigada a manter treinado cada profissional objetivando o desempenho perfeito da equipe como um todo e a correta execução do serviço.

13.15.1. A alocação para o atendimento citado dependerá da aprovação, pela CAGECE, dos currículos dos profissionais que prestarão os serviços.

13.16. Se, por qualquer motivo um integrante da equipe não possa desempenhar adequadamente sua função, a contratada se obriga a substituí-lo por outro profissional qualificado no prazo de 24 horas da solicitação formal.

13.17. Deverá executar perfeitamente os serviços, dentro dos horários estabelecidos pela CAGECE, através de pessoas idôneas e tecnicamente capacitadas, assumindo total responsabilidade sobre os equipamentos, imóveis e utensílios da CAGECE colocados à disposição para execução dos serviços. A contratada obriga-se a indenizar a CAGECE, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados aos seus sistemas, equipamentos, instalações, móveis, utensílios e bens, quer sejam eles praticados por empregado, preposto ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá aos danos causados a terceiros.

13.18. Diligenciar para que seus empregados não executem serviços que não os previstos no objeto deste termo.

13.19. Atender as solicitações da CAGECE para a prorrogação do turno contratado, cabendo à contratada a adoção das providências pertinentes junto aos Sindicatos ou às Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego.

13.20. Recrutar e contratar a mão de obra especializada em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAGECE, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, com relação ao contingente alocado, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões e transferências.

13.21. Manter na unidade gestora um preposto específico para este Contrato capaz de representar a contratada perante a CAGECE, responsabilizando-se pela direção dos serviços contratados, assiduidade e pontualidade dos funcionários nos postos de trabalho, contabilização de horas extras





e diárias, envio de medições, entrega de vale-transporte, vale-alimentação e fardas, dentre outras atividades inerentes ao bom desempenho dos serviços.

13.22. Controlar a frequência dos funcionários envolvidos por meio de relógio de ponto ou cartão magnético, disponibilizado pela contratada. Todas as despesas de instalação/manutenção derivadas dos controles de frequência também serão de responsabilidade da contratada. A instalação/manutenção por parte da contratada de qualquer equipamento de controle de ponto deverá ser acompanhada por técnico da área especialista (GESAM ADM).

13.23. Manter absoluto sigilo quanto às informações contidas nos documentos ou materiais manipulados por seus empregados, em especial quanto aqueles a serem digitados e/ou processados, dedicando especial atenção à sua guarda.

13.24. Entregar até o primeiro dia do mês da prestação dos serviços, todos os vale-transportes e vales-alimentação referentes ao mês em curso, aos empregados que prestam serviço à contratante.

13.25. Caso haja necessidade de utilização de vale transporte diferenciado, este será fornecido a critério da Cagece, através do provisionamento contratual.

13.26. O pagamento do salário dos terceirizados deverá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido. A não obediência aos prazos pré-estabelecidos ficará a contratada sujeita a aplicação das penalidades previstas na legislação. A contratada deverá efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados por meio de conta em banco comercial.

13.27. (Se for o caso) O pagamento da diária (adiantamento de viagem) deverá ocorrer até o dia anterior à realização da despesa;

13.28. Dar ciência à CAGECE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

13.29. Fornecer, até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, crachás de identificação para todos os terceirizados, conforme modelo da CAGECE no ANEXO B deste termo.

13.30. Demais assuntos não tratados neste contrato deverão ser resolvidos com a GESCO CTR – Coordenadoria de Gestão de Serviços Contratados.

13.31. A contratada, a critério da CAGECE, se compromete a utilizar o Sistema Público de Emprego do Estado, através dos serviços gratuitos prestados pelo SINE/IDT (Instituto de Desenvolvimento do Trabalho), quando da contratação de pessoal para execução de serviços, objeto deste Termo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

14.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Serviço.

14.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, inclusive com o fornecimento de equipamentos e materiais, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

14.3. Fiscalizar a execução do objeto do contrato através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.





14.4. Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

14.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste termo.

14.6. Determinar o horário da realização dos serviços podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da CONTRATANTE com observância das leis trabalhistas.

14.7. Solicitar que a CONTRATADA realize treinamento específico a fim de atender interesse exclusivo da Administração, permanecendo a responsabilidade primária da CONTRATADA em manter a especialização e qualidade dos serviços licitados. Os custos decorrentes dessa hipótese serão ressarcidos pela Administração, observando-se o disposto no art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

14.8. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

14.9. Reembolsar a contratada os valores decorrentes de pagamentos de diárias, devidamente comprovados, em caso de indispensável deslocamento de funcionário da contratada a serviço em outra localidade diferente da sua lotação, na forma e condições estabelecidas na legislação pertinente e no valor estabelecido na Convenção/Dissídios coletivos de trabalho da categoria profissional respectiva. Nos deslocamentos para fora do Estado será paga, além das diárias, a passagem aérea classe econômica, observando-se o disposto no art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

14.10. Reembolsar à contratada os valores de despesas, devidamente comprovadas, decorrentes de pagamentos de horas extras, quando for o caso.

14.11. Receber e validar o cronograma de férias em tempo hábil para que a contratada emita os avisos e conceda as férias dentro dos prazos legais. Se houver necessidade a contratante poderá revisar o cronograma junto com o preposto e propor novo calendário.

14.12. O pagamento dos serviços contratados pela CAGECE será efetuado de acordo com a planilha de custo, anexa neste termo, sendo a remuneração dos profissionais que prestarão serviços de responsabilidade exclusiva da Contratada, conforme legislação vigente.

14.13. O dimensionamento da quantidade de equipes para cada tipo de serviço e alocação será definido pela CAGECE, considerando sempre o resultado mais otimizado.

14.14. Solicitar a substituição dos funcionários da contratada que, a seu critério, forem considerados inconvenientes ou incompatíveis com o trabalho.

14.15. Solicitar a contratada diárias para viagem com antecedência de 48 horas, salvo os casos emergenciais, que serão pagos durante a viagem.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

15.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, do mesmo diploma legal.







15.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1. Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Diretoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas  
Diretor-Presidente da Cagece

Fortaleza, 23 de março de 2018.

Dario Sidrim Perini  
Diretor de Gestão Corporativa da Cagece

Marina Lima Pereira  
Representante da Contratada  
CPF: 367.200.382-20

Testemunhas:

1 –   
Nome: Elzane Eduardo de Sena  
CPF: 486.316.803-97

2 –   
Nome: Maria Marta Martins  
CPF: 244.025.323-53

Igor Malveira Peixoto  
Advogado – Cagece







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Processo nº 0698.000083/2017-01

Órgão: CAGECE

Gerência: GERENCIA DE MANUTENÇÃO ESTRATÉGICA - GEIMAE

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços sistemáticos e continuados de mão-de-obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para APOIO TÉCNICO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELETROMECÂNICA E AUTOMAÇÃO NOS MACROSISTEMAS OPERADOS PELA CAGECE, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência deste edital.

FORNECEDOR: CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI

CNPJ: 07.468.050/0001-47

#### PLANILHA DE PREÇOS

CATEGORIA	QTD	S.B	INSALUBR	PERICULO	30%	69,57%	(sb+ins+per +enc.soc)		16,00	V.A	CESTA BÁSICA	AUXILIO SAÚDE	V.T	FARDA	EPI	TX.ADM.	14,25%	(va+vt+farda+epi +tx.adm+trib.)		A+B	CUST. TOTAL
01. ARQUITETO III	1	7643,13																			
02. ASSISTENTE DE ENGENHARIA	5	2390,05																			
03. ASSISTENTE DE ENGENHARIA - Insalubridade	1	2390,05	956,02																		
04. ASSISTENTE DE ENGENHARIA - Periculosidade	1	2390,05																			
05. ELETRICISTA I	10	1253,94		717,02																	
06. ELETRICISTA II	4	1400,84		376,18																	
07. ENGENHEIRO II	3	6970,84		420,25																	
08. ENGENHEIRO II com periculosidade	3	6970,84		2091,25																	
09. ENGENHEIRO III	1	8579,15																			
10. MECÂNICO I com insalubridade	15	1253,94	501,58																		
11. MECÂNICO II com insalubridade	8	1400,84	560,34																		
12. PINTOR com insalubridade	2	1253,94	501,58																		
13. SOLDADOR II com insalubridade	3	1400,84	560,34																		
14. SUPERVISOR DE MANUTENÇÃO com insalubridade	1	1769,31	707,72																		
58																					
Planilha (Mensal) = 499.795,16																					
Planilha (Global) = 5.997.541,87																					
Provisionamento de horas-extras, reflexo de horas-extras sobre o repouso semanal remunerado, vales transporte e alimentação extras, diárias (%)																					
MEMÓRIA DE CÁLCULO																					

SALÁRIO BASE (SB): Piso estabelecido pela última Convenção Coletiva de Trabalho.

ENCARGOS SOCIAIS: 69,57% Percentual máximo incidente sobre o S.B.  
MONTANTE A: Somatório do S.B. + Insalub. + Peric. + Encargos Sociais  
VALE ALIMENTAÇÃO (VA): valor de R\$ 16,00 (dezesseis reais), desconto de 1% de acordo com Convenção Coletiva das categorias.  
VALE TRANSPORTE (VT): (Vt do V.T. x 44) - 6% do Salário Base da Categoria

Fardamento: Parâmetro de R\$ 10,00 para todos os empregados

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: percentual devido sobre o montante "A".

TRIBUTOS: 14,25% sobre Montante "A" + VA + CESTA BÁSICA + AUXILIO SAÚDE + VT + FARDA + EPI + TX. DE ADM.

MONTANTE B: Somatório do VA + CESTA BÁSICA + AUXILIO SAÚDE + VT + FARDA + EPI + TX. DE ADM. + TRIB.

VALOR UNITÁRIO: Montante A + Montante B

O percentual aplicado à título de TRIBUTOS é o referente a soma dos percentuais individuais abaixo discriminados:

Imposto/Contribuição	%
ISS (Fortaleza)	5,00
COFINS	7,60
PIS	1,65
Total	14,25

Provisionamento de horas-extras, reflexo de horas-extras sobre o repouso semanal remunerado, vales

transporte e alimentação extras, diárias (%)

1 mês  
12 meses

Planilha (Mensal) =  
Planilha (Global) =

346.118,53  
153.676,63  
499.795,16

44,40

14,25%

28,58

10,00

3,20

32,88

60,00

16,00

60,00

60,00

60,00

60,00

60,00

60,00

60,00

60,00

60,00

60,00

60,00

60,00

60,00



unidades; item 56, com o valor unitário de R\$248,00 a quantidade de 25 unidades; item 57, com o valor unitário de R\$447,30 a quantidade de 25 unidades; item 58, com o valor unitário de R\$442,10 a quantidade de 12 unidades; item 59, com o valor unitário de R\$201,33 a quantidade de 25 unidades; item 60, com o valor unitário de R\$460,00 a quantidade de 15 unidades; item 61, com o valor unitário de R\$342,10 a quantidade de 12 unidades; item 62, com o valor unitário de R\$136,75 a quantidade de 2 unidades; item 63, com o valor unitário de R\$266,66 a quantidade de 5 unidades; item 64, com o valor unitário de R\$502,63 a quantidade de 12 unidades; item 65, com o valor unitário de R\$565,21 a quantidade de 7 unidades; item 66, com o valor unitário de R\$339,47 a quantidade de 12 unidades; item 67, com o valor unitário de R\$284,21 a quantidade de 12 unidades; item 68, com o valor unitário de R\$104,00 a quantidade de 12 unidades; item 69, com o valor unitário de R\$149,98 a quantidade de 7 unidades; item 70, com o valor unitário de R\$231,57 a quantidade de 12 unidades; item 71, com o valor unitário de R\$253,83 a quantidade de 25 unidades; item 72, com o valor unitário de R\$269,56 a quantidade de 7 unidades; item 73, com o valor unitário de R\$380,00 a quantidade de 10 unidades; item 74, com o valor unitário de R\$374,13 a quantidade de 10 unidades; item 75, com o valor unitário de R\$826,66 a quantidade de 10 unidades; item 76, com o valor unitário de R\$834,78 a quantidade de 7 unidades; item 77, com o valor unitário de R\$634,78 a quantidade de 7 unidades; item 78, com o valor unitário de R\$565,21 a quantidade de 7 unidades; item 79, com o valor unitário de R\$186,84 a quantidade de 12 unidades; item 80, com o valor unitário de R\$293,33 a quantidade de 10 unidades; item 81, com o valor unitário de R\$329,64 a quantidade de 5 unidades e item 82, com o valor unitário de R\$675,76 a quantidade de 5 unidades. ATA DE Nº17/2018, RF COMERCIAL E INDUSTRIAL DE TUBOS LTDA(CNPJ:08.814.604/0001-83)- item 101, com o valor unitário de R\$1.001,79 a quantidade de 75 unidades e item 102, com o valor unitário de R\$1.001,79 a quantidade de 25 unidades. RATIFICAÇÃO: José Fernandes da Silva Filho, Gerente de Suprimentos da Cagece; Neurisângelo Cavalcante de Freitas, Diretor - Presidente da Cagece; Dario Sidrim Perini, Diretor de Gestão Corporativa da Cagece; Adalberto Napoleão de A. Neto, Superintendente Financeiro e de Ativos da Cagece; Onofre Ferreira Lima, Sócio da empresa TCL-Tecnomecânica Comercial Ltda; César Wagner Coelho Nojoza Freitas, Procurador da Empresa Inasa-Indústria Nacional de Saneamento LTDA-ME e Maria Cláudia Mesquita Coelho, Sócia Administradora da Empresa RF Comercial e Industrial de Tubos Ltda. COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE, em Fortaleza, 09 de abril de 2018.

Neurisângelo Cavalcante De Freitas  
DIRETOR-PRESIDENTE

\*\*\*\*\*

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº22/2018 PROCESSO NÚMERO 4834616/2017

ÓRGÃO GESTOR: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece. OBJETO: Registrar preços para futuras e eventuais aquisições de Protetor de Hidrômetro Fibra de Vidro para atender as necessidades do Planejamento de Material da Cagece. JUSTIFICATIVA: atender as demandas das unidades da Cagece que manifestarem interesse em contratar os itens da referida Ata. VIGÊNCIA: A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 08/03/2018. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº20170112, nos termos do Decreto Estadual nº 28.087 de 10/1/2006, publicado no DOE de 12/1/2006 e na Lei Federal nº 8.666 de 21/6/1993 e suas alterações. EMPRESA DETENTORA DE PREÇO REGISTRADO: CT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (CNPJ:10.652.835/0001-80) - GRUPO 01 - item 01, com o valor unitário de R\$191,00 e quantidade de 165 unidades; item 02, com o valor unitário de R\$287,00 e quantidade de 270 unidades; item 03, com o valor unitário de R\$321,00 e quantidade de 270 unidades - GRUPO 02 - item 04, com o valor unitário de R\$191,00 e quantidade de 55 unidades; item 05, com o valor unitário de R\$287,00 e quantidade de 90 unidades e item 06, com o valor unitário de R\$321,00 e quantidade de 90 unidades. RATIFICAÇÃO: José Fernandes da Silva Filho, Gerente de Suprimentos da Cagece; Neurisângelo Cavalcante de Freitas, Diretor-Presidente da Cagece; Dario Sidrim Perini, Diretor de Gestão Corporativa da Cagece; Adalberto Napoleão de A. Neto, Superintendente Financeiro e de Ativos da Cagece e Cosme Távora Holanda Filho, Sócio da Empresa CT Comercio e Serviços Ltda - ME. COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE, em Fortaleza, 09 de abril de 2018.

Neurisângelo Cavalcante De Freitas  
DIRETOR-PRESIDENTE

\*\*\*\*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 04/2018

CONTRATANTE: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE CONTRATADA: GLOBAL OFFSHORE LTDA-ME. OBJETO: Serviço de Inspeção Subaquática do Emissário Submarino do Sistema de Disposição Oceânica de Esgotos Sanitários de Fortaleza pela Unidade de Negócio Metropolitana de Macrocoleta e Tratamento de Esgoto - UNMTE. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: TOMADA DE PREÇOS Nº 20170004 - Processo nº 0229.000066/2017-29-Cagece - Contrato nº 04/2018-DJU-Cagece FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 240 (duzentos e quarenta) dias. VALOR GLOBAL: R\$ 117.775,00 (cento e dezessete mil, setecentos e setenta e cinco

reais) pagos em serviços efetivamente executados DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: recursos próprios da CAGECE. DATA DA ASSINATURA: 25 de janeiro de 2018 SIGNATÁRIOS: Neurisângelo Cavalcante de Freitas, Diretor-Presidente da Cagece; Francisco Rogério Gomes Leite, Diretor de Operações da Cagece e Natália Queiroz Moura Nery, Representante da Contratada.

Neurisângelo Cavalcante de Freitas  
DIRETOR-PRESIDENTE

\*\*\*\*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 07/2018

CONTRATANTE: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. OBJETO: Contratação de Organismo de Certificação para Realizar Auditorias de Recertificação, Supervisão e de Extensão do Escopo do Sistema de Gestão da Qualidade da Cagece e Fornecer Certificação Segundo os Requisitos da Norma NBR ISO 9001:2015. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Tomada de Preços nº 20170003 - Processo nº 0823.000005/2017-25-Cagece - Contrato nº 07/2018-DJU-Cagece FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses. VALOR GLOBAL: R\$ 138.800,00 (cento e trinta e oito mil e oitocentos reais) pagos em serviços efetivamente executados DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: recursos próprios da CAGECE. DATA DA ASSINATURA: 31 de janeiro de 2018 SIGNATÁRIOS: Neurisângelo Cavalcante de Freitas, Diretor-Presidente da Cagece; Dario Sidrim Perini, Diretor de Gestão Corporativa da Cagece e Antonio Carlos Barros de Oliveira, Representante da Contratada.

Neurisângelo Cavalcante de Freitas  
DIRETOR-PRESIDENTE

\*\*\*\*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 25/2018

CONTRATANTE: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE CONTRATADA: CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAS E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: Contratação de Empresa na Prestação de Serviços, Sistemáticos e Continuados, de Mão de Obra Terceirizada, cujos Empregados sejam Regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), para Apoio Técnico e Execução de Serviços de Manutenção Eletromecânica nos Macrossistemas Operados pela Cagece. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Presencial nº 20170167 - Processo nº 0698.000083/2017-01-Cagece - Contrato nº 25/2018-DJU-CAGECE FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. VALOR GLOBAL: R\$ 5.997.541,87 (cinco milhões, novecentos e noventa e sete mil, quinhentos e quarenta e um reais e oitenta e sete centavos) pagos em serviços efetivamente executados DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: recursos próprios da CAGECE. DATA DA ASSINATURA: 23 de março de 2018 SIGNATÁRIOS: Neurisângelo Cavalcante de Freitas, Diretor-Presidente da Cagece; Dario Sidrim Perini, Diretor de Gestão Corporativa da Cagece e Marinalva Lima Pereira, Representante da Contratada.

Neurisângelo Cavalcante de Freitas  
DIRETOR-PRESIDENTE

\*\*\*\*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 28/2018

CONTRATANTE: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE CONTRATADA: CONSTRUTORA EVOLUTIVA LTDA - EPP. OBJETO: serviços de manutenção e conservação predial das instalações operacionais dos sistemas de água e esgoto da Unidade de Negócio da Bacia do Parnaíba (UN-BPA). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 20170091 - Processo nº 0704.000019/2016-79-Cagece - Contrato nº 28/2018-DJU-Cagece FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. VALOR GLOBAL: R\$ 469.674,64 (quatrocentos e sessenta e nove mil, seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) pagos em serviços efetivamente executados DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: recursos próprios da Cagece. DATA DA ASSINATURA: 27 de março de 2018 SIGNATÁRIOS: Neurisângelo Cavalcante de Freitas, Diretor-Presidente da Cagece; Francisco Rogério Gomes Leite, Diretor de Operações da Cagece e Jean Carlos Sousa Alexandre, Representante da Contratada.

Neurisângelo Cavalcante de Freitas  
DIRETOR-PRESIDENTE

\*\*\*\*\*

#### CORRIGENDA

No Diário Oficial nº 060, de 02 de abril de 2018, que publicou o EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DO DOCUMENTO 2050463/SADDO. Onde se lê: R\$ 581.868,40 (quinhentos e oitenta mil, oitocentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos) Leia-se: R\$ 581.868,40 (quinhentos e oitenta e um mil, oitocentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos) Fortaleza, 05 de abril de 2018.

Neurisângelo Cavalcante de Freitas  
DIRETOR-PRESIDENTE

#### SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

O(A) SECRETÁRIO(A) DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto

